

**FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS: A CONDIÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO LOCAL OS INFLUENCIA?****Ruy Fernandes da Silva Costa***Centro Universitário Univel***Denis Dall Asta***Universidade Estadual do Oeste do Paraná***Clóvis Fiirst***Universidade Regional de Blumenau***Wagner Dantas de Souza Junior***Universidade Regional de Blumenau***RESUMO**

Esta pesquisa objetiva analisar a influência de fatores financeiros e orçamentários governamentais sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, sob a ótica da Hipótese de Tiebout (1956) e da Teoria da Condição Financeira. A pesquisa, classificada como documental, utilizou uma metodologia descritiva de abordagem quantitativa, com dados coletados pela internet. Para cumprir com o objetivo, foi selecionada uma amostra composta por 366 municípios, com dados de 2013 a 2017 que somou um total de 1.830 observações. Os resultados da pesquisa indicam que a variável gastos per capita exerce influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória nos municípios paranaenses, sendo um fator de atração da migração interna. Já a variável obrigações à longo prazo exerce influência de forma negativa a taxa líquida migratória, sendo um fator de impulsão migratória. A liquidez corrente e a posição operacional são variáveis que não apresentaram significância em relação à taxa líquida migratória. As variáveis que apresentaram influência significativa são sinalizadoras das preferências dos indivíduos na escolha da localidade. Assim, os indivíduos tendem a migrar para municípios em que os governos locais possuem maior gasto per capita, fornecendo serviços públicos de qualidade desejados pela comunidade. Conclui-se que os municípios paranaenses apresentam pouca autonomia e flexibilidade para atrair a migração, devido à sua dependência das políticas públicas do governo estadual e federal, principalmente em relação à gestão tributária.

**Palavras-chave:** Finanças Públicas; Teoria da Condição Financeira; Hipótese de Tiebout.

**1. INTRODUÇÃO**

Os fatores determinantes da migração de pessoas, não só no Brasil, mas também em outros lugares do mundo, é um assunto de interesse em pesquisas científicas. Um tema relevante a sobre migração refere-se à percepção dos indivíduos sobre as condições econômicas locais, que as fazem decidir migrar de território. Desde a publicação do artigo seminal “The pure theory of local expenditures”, de Tiebout (1956), sabe-se que as pessoas podem se mover livremente entre as localidades, e sua mobilidade se torna um mecanismo de mercado pelo qual elas “votarão com os pés” ou, em outras palavras, os cidadãos podem mudar de localidade onde os gastos públicos e impostos correspondem melhor às suas preferências individuais.

A Hipótese de Tiebout (1956) está centrada na ideia de que a preferência de um cidadão-consumidor por bens públicos pode ser observada com base no governo local que o mesmo escolhe residir. Ou seja, se houver um número de comunidades alternativas onde os consumidores podem viver, e essas comunidades diferirem nos bens públicos fornecidos, a escolha do local é um sinal claro de preferência. Ao testemunhar essa preferência, os governos

locais podem otimizar o tamanho da comunidade, a receita e os gastos públicos (McDonald, 2010).

A Teoria da Condição Financeira se insere no contexto dos movimentos migratórios, segundo a concepção de Groves e Valente (2003), pois se refere à capacidade dos governos locais de financiar seus serviços de forma contínua, a fim de manter o nível de serviços existentes, resistir as rupturas na economia local e regional, bem como atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança. Assim, esta teoria pode auxiliar a compreensão sobre aspectos financeiros e orçamentários do governo que exercem influência sobre os movimentos migratórios intermunicipais.

Algumas pesquisas sobre a Hipótese de Tiebout (1956) buscaram tratar do assunto sem, no entanto, enfatizarem o aspecto da condição financeira, como foi o caso da pesquisa realizada por Cebula e Nair-Reichert (2011), ao pesquisarem sobre os determinantes econômicos, fiscais e não-econômicos (qualidade de vida) da imigração líquida nos EUA durante o período 2000 à 2008. As descobertas fornecidas neste estudo de fato apoiam as Hipóteses de Tiebout (1956) e Tullock (1971) em termos da mobilidade contemporânea dos consumidores-eleitores.

Outra pesquisa foi realizada por Kallandranis e Karidis (2014), sendo abordada no contexto da União Europeia, e os resultados mostraram que as políticas fiscais, medidas pela variável excedente fiscal ou superávit financeiro e a confiança do consumidor, desempenham um papel significativo no processo decisório de um migrante em potencial, para escolher o seu destino.

Ressalta-se, assim, a necessidade de se relacionar a condição financeira dos governos com a taxa líquida migratória, pois podem representar fatores que explicam os movimentos migratórios municipais. Dessa forma, tem-se como problema de pesquisa: **qual a influência dos fatores financeiros e orçamentários governamentais sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, sob a ótica da Hipótese de Tiebout (1956) e da Teoria da Condição Financeira?**

O estudo tem por objetivo analisar a influência dos fatores financeiros e orçamentários governamentais sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, sob a ótica da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira. Para alcançar este objetivo, o estudo foi dividido em etapas, tais como: pesquisar na literatura os fatores governamentais que caracterizam a condição financeira municipal, aplicar a técnica da regressão linear para verificar a relação entre o fluxo migratório intermunicipal e as variáveis financeiras e orçamentárias, e discutir o resultado com base nas teorias levantadas.

Essa pesquisa se justifica cientificamente pelo fato de os movimentos migratórios possuírem diferentes motivações, sendo relevante pesquisar se as quatro dimensões de solvência da condição financeira municipal (caixa, orçamentária, longo prazo e nível de serviços) apresentadas por Groves e Valente (2003), pela ótica da hipótese de Tiebout (1956) e da Teoria da Condição Financeira, exercem influência nas decisões dos consumidores-eleitores.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A migração interna é reconhecida como um importante mecanismo pelo qual a distribuição espacial das pessoas muda ao longo do tempo (Greenwood, 1997). Diversos estudos têm buscado respostas para os fatores determinantes do movimento migratório, bem como suas principais consequências, embora diferentes pesquisas enfoquem a necessidade de mais trabalhos sobre as consequências da migração (Etzo, 2008).

Entre as vertentes teóricas que podem explicar os fatores determinantes dos movimentos migratórios, tem-se a Hipótese de Tiebout (1956) e a Teoria da Condição Financeira.

## 2.1 Fluxos migratórios e a hipótese de Tiebout (1956)

A Hipótese de Tiebout (1956) surge a partir de uma visão crítica à Teoria dos Bens Públicos proposta por Samuelson (1954), que afirma que a produção dos bens públicos seria ineficiente em razão dos consumidores terem estímulos para escolher suas verdadeiras preferências (Biderman & Avarte, 2004). Tiebout (1956), por sua vez, não questiona esse resultado, mas tenta mostrar que, para os bens públicos locais, a mobilidade dos residentes representa um forte estímulo à eficiência.

Com isso, Tiebout (1956), em sua obra intitulada “The pure theory of local expenditures”, propôs uma solução para o problema colocado por Samuelson (1954) relacionado à provisão eficiente dos bens públicos, ao envolver um sistema de muitos governos locais no qual as famílias tem a liberdade de migrar para os lugares que possuem as melhores cestas de bens públicos de suas preferências (Miranda, 2007). Tiebout estava essencialmente argumentando que as diferenças entre os governos locais na mistura e na quantidade de bens públicos fornecidos, se outras coisas fossem iguais, influenciariam o padrão de migração humana (Cebula, 1978).

Segundo Tiebout (1956), uma explicação da preferência dos cidadãos que “votam com os pés” depende de sete pressupostos centrais: (1) o consumidor-cidadão tem mobilidade perfeita; (2) o consumidor-cidadão tem informação perfeita; (3) há um grande número de comunidades das quais o consumidor-cidadão pode escolher; (4) não há vínculo entre emprego e local particular; (5) não há economias externas entre comunidades; (6) há um tamanho ideal de comunidade para cada conjunto de bens públicos fornecidos; e, (7) comunidades sem tamanho ótimo buscam novos residentes para baixar o custo médio.

Embora a adesão aos pressupostos possa variar significativamente, nem sempre é razoável supor que os indivíduos são perfeitamente móveis, mas é apenas através da combinação dessas suposições de que os governos locais podem encontrar o nível ideal de bens públicos e o nível ótimo correspondente de receita (McDonald, 2010).

Visto como um trabalho seminal na teoria das finanças públicas, a pesquisa de Tiebout influenciou a direção e o desenvolvimento de campos e fundamentos teóricos como o federalismo fiscal, a demografia, a qualidade no setor público e a formação de bens públicos (McDonald, 2010). Para Tiebout (1956), a descentralização fiscal poderia ser capaz de induzir o consumidor a revelar suas preferências por bens públicos. Sua ideia é que cada governo ofereça uma cesta de bens públicos diferente e cobre impostos pela sua disponibilidade, e que cada família escolhesse viver na jurisdição que fosse de sua preferência. Sendo assim, ao optar por viver em uma determinada comunidade, a família estaria revelando sua preferência pela cesta de bens públicos e impostos existente naquela comunidade, ou seja, ela poderia “votar com os pés” (Biderman & Avarte, 2004).

Tiebout (1956) também argumentou que a existência de múltiplos governos locais criava condições que se aproximavam de um mercado no qual os residentes “compram” entre os “pacotes” concorrentes de bens públicos, serviços e taxas de impostos oferecidos por diferentes comunidades. Assim, Tiebout, teoricamente, vinculou decisões de localização e padrões residenciais a variações intergovernamentais nos níveis de serviços e taxas de impostos (Schneider & Logan, 1982).

Cebula (1974) afirma que as políticas do governo influenciam a sociedade de várias maneiras por meio de atividades de tributação, transferência e despesas. Quando a tributação, transferências e despesas são realizadas, a redistribuição de renda e as variações nos níveis e distribuições de encargos e benefícios da ação governamental são experimentadas. Por exemplo, quando uma unidade governamental aumenta o nível de benefícios sociais, ela redistribui ainda mais a receita por meio de um processo de transferência de impostos. Alternativamente, sempre que uma unidade governamental elevar os níveis de gastos com

educação e impostos, provavelmente resultará em uma miríade de benefícios e custos adicionais para os vários membros da sociedade.

Barros e Serafim (2016), usando um modelo de dados em painel, analisaram a Hipótese de Tiebout nas províncias de Angola no período de 2004 a 2013. Os autores concluíram que a migração interna de Angola está relacionada com o PIB per capita, a despesa pública local, o desemprego, a pobreza, a densidade populacional, o número de funcionários públicos na região e a educação da população. A conclusão geral é que a Hipótese de Tiebout é aceita nas regiões angolanas e que a causa mais importante da migração é a pobreza regional.

Por sua vez, Biagetti e Guarini (2014) na busca em identificar quais fatores sociais e econômicos podem causar migração interna na Itália pela ótica da Hipótese de Tiebout, e constataram que as variáveis possuem relação com a migração segundo a qual a migração depende da satisfação da provisão de bens públicos; enquanto que as variáveis econômicas explicaram que os indivíduos migram para melhorar seu bem-estar econômico relacionado às condições do mercado de trabalho local.

## **2.2 Teoria da condição financeira governamental**

Foi na década de 1970 que iniciaram os trabalhos para estudar as crises financeiras dos governos locais americanos ao produzirem as primeiras ideias do corpo teórico da condição financeira governamental. Devido a relevância dos estudos nessa área, principalmente em meados dos anos de 1980, 1990 e 2000, fez surgir na literatura várias nomenclaturas de diferentes autores a fim de caracterizá-la, dentre elas utilizando-se as expressões: condição financeira (financial condition), saúde financeira (financial health), saúde fiscal (fiscal health), tensão fiscal (fiscal stress), entre outros (Lima & Diniz, 2016).

Segundo o Governmental Accounting Standards Board [GASB] (1987), a condição financeira governamental é entendida como a capacidade em que o governo possui de fornecer serviços à comunidade de forma contínua e prontamente satisfazer suas obrigações financeiras. Para Berne (1992), a definição de condição financeira está relacionada à probabilidade de que um governo satisfaça suas obrigações financeiras com credores, consumidores, empregados, contribuintes, fornecedores, cidadãos, entre outros, assim como prestar seus serviços à cidadãos, tanto no presente quanto no futuro.

O conceito de condição financeira, na concepção de Groves e Valente (2003), refere-se à capacidade dos governos locais em financiar seus serviços de forma contínua, a fim de manter o nível de serviços existentes, resistir as rupturas na economia local e regional, bem como atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança. Segundo Lima e Diniz (2016) esse conceito revela que uma boa condição financeira mantida pelo governo mantém o nível de serviços existentes, com disposição para enfrentar pressões por gastos públicos, bem como enfrentar as crises financeiras e recessões ao se manter o equilíbrio financeiro.

Para Groves e Valente (2003), a condição financeira no sentido contábil estrito relaciona-se com a capacidade do governo em gerar recursos ou caixa suficientes para trinta ou sessenta dias, sendo essa definição conhecida como solvência de caixa. Os autores também acrescentam que a condição financeira está relacionada ao aspecto orçamentário, quando o governo tem a capacidade de gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit. Ainda, os autores definem como solvência a longo prazo a capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas.

Alguns estudos apresentam formas de se medir a condição financeira dos governos locais. Esses modelos de mensuração, segundo Lima e Diniz (2016), têm por objetivo fornecer informações sobre o status financeiro dos governos, e ajuda os usuários da informação contábil governamental a preverem e se prevenirem contra tensões fiscais, bem como intervirem em

situações de emergência fiscal, declínio fiscal ou crises agudas. Além disso, os autores orientam que, para se obter um diagnóstico completo da condição financeira, os modelos devem ser capazes de capturar não somente a dimensão temporal de curto prazo (solvência de caixa e solvência orçamentária), mas, também, a dimensão de longo prazo (solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços).

Wang, Dennis e Tu (2007) criaram um modelo de avaliação da a condição financeira e socioeconômica. Esse modelo de utiliza 11 indicadores para medir a condição financeira, e adota como referência as quatro dimensões de solvência financeira já apresentadas por Groves e Valente (2003), a solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços.

Pesquisas como de Alam, Alam e Hoque (2018) buscaram investigar como as variáveis densidade populacional, suscetibilidade a desastres, tamanho da população e a capacidade de receita influenciam a condição financeira das organizações municipais. Os resultados apontaram que, enquanto a suscetibilidade a desastres, tamanho da população e a capacidade de receita estão positiva e significativamente relacionados à condição financeira municipal, a densidade populacional é considerada insignificante.

Bisogno, Cuadrado-Ballesteros, Santis e Citro (2018) investigaram a solvência orçamentária como parte da condição financeira dos governos locais italianos, considerando que a crescente demanda por serviços públicos estava afetando principalmente esta variável. Os resultados demonstram que a solvência orçamentária, assim como seus três indicadores de sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade estão positivamente relacionados à independência financeira e ao equilíbrio orçamentário, e negativamente relacionados aos níveis de endividamento e investimento.

### **2.3 A influência da condição financeira e orçamentária governamental sob a migração intermunicipal**

Os indicadores financeiros e orçamentários são importantes para a avaliação das administrações públicas municipais (Trevisan, Lobler, Visentini, Coelho & Grabner, 2009). Nesta pesquisa serão adotadas como referência as quatro dimensões de solvência financeira apresentadas por Groves e Valente (2003): solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços.

Essas dimensões, juntamente com os seus indicadores de liquidez corrente, posição operacional, obrigações de longo prazo, e de gastos per capita, serão utilizadas para a construção das hipóteses desta pesquisa. Para Caldas (2006) esses indicadores são instrumentos importantes para o controle da gestão pública, bem como da sua eficiência e eficácia administrativa, pois permitem comparar situações entre municípios ou entre diferentes períodos de um mesmo município.

A primeira variável analisada nesse contexto é o indicador de liquidez corrente, que demonstra a capacidade do governo local para cumprir suas obrigações que vencem dentro de 30 a 60 dias (Groves & Valente, 2003). Um valor maior nesse índice indica que uma quantidade maior de ativos especificados está disponível para cobrir os passivos atuais e, portanto, um nível mais alto de solvência de curto prazo (Wang et al., 2007; Ritonga, 2014).

Valores muito altos do índice de liquidez corrente indicam que um governo local possui ativos circulantes excessivos, isto é, uma capacidade ociosa de gestão de recursos de curto prazo, que poderiam ser usados para fornecer serviços à comunidade (Ritonga, 2014). É importante salientar que os governos que apresentam essa característica de solvência a curto prazo, apresentam alto nível de estresse fiscal com o objetivo de quitar suas obrigações a curto prazo (Hendrick, 2004).

Dessa forma, quanto maior o recurso interno mantido pelo governo (solvência de caixa), maior a sua condição financeira a curto prazo. Porém, se esses recursos estão ociosos ou

empregados inadequadamente, isso significa que a gestão financeira é ineficiente (Lima & Diniz, 2016). Diante disso, é possível formular a primeira hipótese da pesquisa:

H1 – O indicador de liquidez corrente exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O indicador de posição operacional demonstra a capacidade do governo local em gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit (Groves & Valente, 2003). Assim, esse indicador deve mostrar um equilíbrio entre as receitas operacionais (numerador) e as despesas operacionais (denominador) durante o período financeiro (Ritonga, 2014), e um valor maior para essas proporções indica uma maior solvência orçamentária (Wang et al., 2007).

Lima e Diniz (2016) afirmam que quando o resultado de execução apresenta superávit, é caracterizado que houve uma sobra de recursos. Esse resultado decorre pelo fato de o superávit fazer parte de um planejamento de longo prazo, com o objetivo de gerar recursos internos para enfrentar contingências financeiras no futuro. Porém, para os autores, se o superávit de execução for desfavorável (déficit), a entidade não está atendendo as demandas da população ou a carga tributária é elevada.

Kallandranis e Karidis (2014), identificaram que a variável superávit fiscal, definida pela razão entre a receita tributária total e os gastos totais, apresentou influência positiva e significativa em relação aos movimentos migratórios dos estados da União Europeia. Os autores concluíram que os migrantes em processo de escolha de um país de destino, preferem um destino mais barato que lhes proporcionem um superávit fiscal mais alto. Dessa forma, propõe-se a segunda hipótese do estudo:

H2 – O indicador de posição operacional, exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O indicador de obrigações a longo prazo se refere a capacidade do governo em pagar, a longo prazo, todos os custos operacionais, incluindo-se os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas (Groves & Valente, 2003). Esse modelo demonstra que uma razão maior no quociente de passivos de longo prazo, ou passivos de longo prazo per capita, indica um nível mais baixo de solvência de longo prazo (Wang et al., 2007).

Mauss (2012), traz uma interpretação desse indicador relacionando quanto cada valor do ativo foi realizado com dívida ao longo dos anos. Para o autor, uma queda nesse indicador é melhor para o município, pois é resultado da política pública de realizar investimentos em ativos com capital próprio (receitas correntes), o que faz aumentar os ativos, sem a necessidade de buscar mais dívidas.

No estudo de Bao, Cen, Lv e Zhang (2014), os resultados mostram que os impactos dos bens públicos relacionados aos gastos com infraestrutura na migração são positivos e significativos mais nas províncias centrais do que em províncias orientais e ocidentais, devido ao atual padrão de desenvolvimento desequilibrado. Por outro lado, os achados de Palavicini-Corona (2014), não apresentaram significância entre as despesas per capita em obras públicas e as ações sociais dos municípios mexicanos.

Levando em consideração a relação de que as despesas com investimentos produzem um maior endividamento proporcionado pelo aumento das obrigações a longo prazo, e que isso compromete a saúde financeira dos municípios, é possível construir a terceira hipótese do trabalho:

H3 – O indicador de obrigações a longo prazo exerce influência negativa sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O indicador gastos per capita é um indicador da dimensão solvência no nível de serviço, que corresponde a capacidade dos governos locais em fornecer e manter a qualidade dos serviços públicos necessários e desejados pela comunidade (Groves & Valente, 2003). A análise desse indicador mostra as mudanças ocorridas no nível dos gastos em relação às mudanças no tamanho da população (Lima & Diniz, 2016).

A solvência no nível de serviço, segundo Wang et al. (2007), é definida pela capacidade de uma organização de pagar e sustentar os níveis de serviço existentes, e composta pelos indicadores de impostos per capita, receitas per capita e despesas per capita. O autor afirma que os impostos per capita e as receitas per capita avaliam a carga tributária imposta aos residentes, enquanto as despesas per capita são uma indicação do custo dos serviços.

Para Ritonga (2014), a relação entre a despesa total e a população proposta por Wang et al. (2007) indica qual é o custo que um governo local incorre para atender cada morador, e quanto mais altos os valores deste indicador, mais serviços e bens, em quantidade ou qualidade, o governo local está fornecendo à comunidade.

Estudos apresentaram influência significativa e positiva das despesas per capita em relação aos movimentos migratórios (Reschovsky, 1979; Islam & Rafiquzzaman, 1991; Bao et al., 2014; Barros & Serafim, 2016). Diante disso, tem-se a quarta hipótese do estudo:

H4 – O indicador de gastos per capita, exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Após a apresentação das hipóteses do estudo, a próxima seção trata dos procedimentos e métodos empregados na pesquisa.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa classifica-se como descritiva e documental, utilizando uma abordagem quantitativa, para analisar a influência de fatores financeiros e orçamentários governamentais sobre a taxa líquida migratória municipal. Inicialmente, o objeto da pesquisa foram os 399 municípios paranaenses nos anos de 2013 a 2017, mas devido a inexistência de dados de algumas cidades, reduziu-se para 366 municípios, em um total de 1.830 observações.

Os dados referentes à taxa líquida migratória foram coletados do último censo demográfico brasileiro de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (IBGE, 2010).

A variável dependente que representa o fenômeno migratório será a taxa líquida migratória (TLM), calculada pelo quociente entre as trocas líquidas migratórias (imigrantes-emigrantes) de data fixa e a população observada no final do período. Uma taxa líquida migratória positiva indica que mais migrantes entraram no município do que o deixaram, enquanto uma taxa negativa indica que mais migrantes saíram do que entraram. Optou-se pela utilização desse indicador pois representa estatisticamente a realidade migratória de cada município paranaense.

Como os dados de migração são referentes ao último Censo Demográfico de 2010, e pelo fato de não existir dados projetados para migração, o IBGE (2018) em sua publicação que disponibiliza aos usuários a metodologia empregada na elaboração das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação, orienta por meio do método direto que seja reduzida de forma gradativa, no patamar de 30%, até o horizonte das projeções (2010-2030), o número de pessoas envolvidas nos deslocamentos interestaduais, ou seja, redução atribuídas ao saldo migratório de entradas e saídas. Sendo assim, os dados de migração dessa pesquisa foram

atualizados com a utilização desse percentual para fins de obtenção da taxa líquida migratória para os municípios paranaenses, nos períodos de 2013 a 2017.

As variáveis independentes são referentes aos fatores financeiros-orçamentários e foram retiradas dos onze indicadores de medição financeira propostos por Wang et al. (2007), por se fundamentar no relacionamento estabelecido entre condição financeira e socioeconômica.

A dimensão solvência de caixa é representada pela variável ILC que demonstra a capacidade do governo em gerar recursos suficientes para cumprir com suas obrigações a curto prazo. A dimensão solvência orçamentária apresenta como variável o IPO, que demonstra se o governo tem a capacidade de gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit.

Por sua vez, a variável IOLP, que faz parte da dimensão de solvência de longo prazo, consiste na capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os custos operacionais e gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas. Por fim, a variável IGPC, referente à solvência de nível de serviços, que está relacionada à capacidade do governo em proporcionar saúde, segurança e bem-estar à comunidade.

As variáveis independentes financeiras-orçamentárias foram coletadas no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná [TCE-PR]. Todas as variáveis da pesquisa estão evidenciadas no Quadro 1, que identifica sua classificação, descrição e relação esperada de acordo com a literatura.

	Variáveis	Descrição e Mensuração	Fonte	Autor(es)	Relação Esperada
<b>VARIÁVEL DEPENDENTE (MIGRAÇÃO)</b>	Taxa Líquida Migratória (TLM)	Quociente entre o Saldo Migratório e a População do período $TLM = [(entradas - saídas) / população]$	IBGE	Harris e Todaro (1970), Biagetti e Guarini (2014)	N/A
<b>Solvência de Caixa</b>					
	Indicador de Liquidez Corrente (ILC)	Ativos de Curto Prazo / Obrigações de Curto Prazo (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003), Wang et al. (2007) e Ritonga (2014)	+
<b>Solvência Orçamentária</b>					
<b>VARIÁVEIS INDEPENDENTES (FATORES FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIOS GOVERNAMENTAIS)</b>	Indicador de Posição Operacional (IPO)	Receita Total / Despesa Total (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003), Wang et al. (2007) e Ritonga (2014)	+
<b>Solvência de Longo Prazo</b>					
	Indicador de Obrigações de Longo Prazo (IOLP)	Obrigações de Longo Prazo / Ativos Totais (quanto maior, pior)	TCE-PR	Groves e Valente (2003), Wang et al. (2007) e Ritonga (2014)	-



Solvência do Nível de Serviços				
Indicador de Gastos Per Capita (IGPC)	Total dos Gastos / População (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003), Wang et al. (2007) e Ritonga (2014)	+

Quadro 1. Descrição das variáveis da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para verificar a influência das variáveis independentes sobre a taxa líquida migratória, utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel, que mescla dados cross-sectional e de série temporal (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). A taxa líquida migratória foi colocada em função das variáveis referentes aos fatores financeiros e orçamentários

Assim, a Equação 1 apresenta o modelo utilizado nessa pesquisa:

$$TLM_{it} = \beta_i + \beta_1 ILC_{it} + \beta_2 IPO_{IT} + \beta_3 IOLP_{it} + \beta_4 IGPC_{it} + evv_{it} \quad (1)$$

Para realizar a tabulação e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se do Microsoft Excel®. Porém, para realizar a estatística descritiva e regressão, utilizou-se o software estatístico Statistical Package for the Social Sciences, o SPSS®.

Realizada a estimação do modelo, procedeu com a verificação da significância dos parâmetros pelo teste t e a significância do modelo pela estatística F. Os pressupostos da regressão linear múltipla foram verificados pelos testes de autocorrelação residual (Durbin-Watson), testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White) e de multicolinearidade entre as variáveis pelo teste Variance Inflation Factor (VIF).

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dada a necessidade de visualizar sobre um panorama geral a situação da taxa líquida migratória em função das variáveis dessa pesquisa, realizou-se a Tabela 1, em que se demonstra os valores mínimo e máximo, média, desvio padrão, em relação à variável dependente.

A TLM obtida varia entre o valor mínimo de -15,11 a 14,74, sendo que o valor máximo representa uma taxa de maior atração migratória nos municípios paranaenses, ao passo que o valor mínimo representa a taxa de maior repulsão migratória, conforme Braga e Lima (2009).

Das 1.830 observações obtidas, percebe-se que a média da taxa líquida migratória para estes municípios é de -0,90, o que representa uma média de municípios com saldo neutro, ou seja, municípios que apresentam ao mesmo tempo rotatividade migratória e baixa migração, por possuírem taxa líquida migratória maior que 2% e menor que -2%, pela ótica de Braga e Lima (2009). O desvio padrão é 4,37, o que mostra uma variação alta em torno da média, demonstrando que as taxas líquidas de migração variam, para mais e para menos, em torno de 44% em relação à média, demonstrando uma disparidade nas entradas e saídas migratórias entre os entes municipais.

Tabela 1

##### Estatística descritiva da variável dependente

Variável Dependente	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
TLM	1.830	-15,11	14,74	-0,90	4,37

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Tendo analisado a variável dependente, faz-se necessária uma análise dos resultados das variáveis independentes, conforme demonstrado na Tabela 2, em que se apresentam a estatística descritiva com os indicadores de mínimo e máximo, média e desvio padrão.

Observa-se, quanto à variável ILC, que os municípios apresentam desempenho médio 246,11 de Liquidez Corrente, o que significa dizer que para cada R\$ 1,00 das obrigações de curto prazo, o município detém R\$ 246,11 de ativos a curto prazo para cobrir essas obrigações e, com isso, demonstrando capacidade do governo em gerar recursos (caixa) suficiente para trinta ou sessenta dias (Lima & Diniz, 2016). Essa realidade também é bem distribuída, uma vez que existiram situações que este índice foi de 0,17, e situações que foi de 124.075,22, o que demonstra capacidade baixa ou capacidade alta, respectivamente, para cumprir com as obrigações de curto prazo a partir dos recursos disponíveis em seus ativos a curto prazo, fato comprovado pelo desvio padrão de 4.885,87.

Observa-se que o IPO apresentou valor médio de 1,02, o que significa que, para cada R\$ 1,00 das despesas totais realizadas pelos municípios, tem-se, em média, R\$ 1,02 de receita total para fazer frente a esse tipo de gasto e, com isso, demonstrando que os governos locais tem capacidade de gerar receitas a fim de atender suas despesas, no seu período orçamentário normal, sem gerar déficit (Lima & Diniz, 2016).

O IOLP apresentou valor médio de 0,10, o que indica, em média, que as obrigações a longo prazo representam 10% dos seus ativos totais, sendo suficientes para cobri-los. A amostra se apresenta bem distribuída, uma vez que mostra valores mínimos de -1,21, o que significa situações em que as obrigações a longo prazo são bem inferiores aos seus ativos, e valores máximos de 2,96, situação em que o município se destaca com muitas obrigações a longo prazo comprometidas com seu ativo total.

Já o IGPC demonstrou o valor médio de R\$ 3.937,03 de gasto por habitante com os serviços essenciais à população. Esses gastos variam de R\$ 136,94 a R\$ 46.720,96, respectivamente, e possuem uma grande disparidade de gastos per capita entre os municípios, comprovado pelo desvio padrão de R\$ 2.434,01.

Tabela 2  
Estatística descritiva das variáveis independentes

Variáveis Independentes	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ILC	1.830	0,17	124.075,22	246,11	4.885,87
IPO	1.830	0,76	1,56	1,02	0,06
IOLP	1.830	-1,21	2,96	0,10	0,19
IGPC	1.830	136,94	46.720,96	3.937,03	2.434,01

Fonte: dados da pesquisa (2019).

De modo a testar a equação, realizou-se um teste de regressão linear múltipla com dados em painel, de modo a verificar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória, o qual é apresentado na Tabela 3

Os resultados dos testes de Breusch-Pagan, F de Chow e de Hausman, apresentados na indicaram que a modelagem apropriada para análise da amostra estudada com dados em painel é a de efeitos fixos, visto que o teste de Breusch-Pagan apresentou-se menor que 0,05, consequentemente, direcionou-se a verificação do teste de Hausman, que foi menor que 0,05, possibilitando a aceitação da modelagem de efeitos fixos (Fávero et al., 2009).

A modelagem utilizada a fim de verificar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória, mostra-se consistente, uma vez que o modelo composto por 1.830 observações se apresenta significativo ao nível de 1%. O R<sup>2</sup> que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 2,58%, indicando um baixo poder explicativo.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o Durbin-Watson é 1,918, dentro do limite aceitável (Hill, Judge & Griffiths, 2010). Não há problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF ( $1,00 < 10$ ), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero et al., 2009). O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg (0,26) e o teste de White (0,87), não indicam que a amostra tenha problemas de heterocedasticidade nos resíduos.

Diante dos pressupostos verificados na equação, procedeu-se com o teste das variáveis, e se observou que o indicador de obrigações a longo prazo exerce influência negativa e significativa na taxa líquida migratória. Sendo assim, a variação positiva dessa variável provoca uma menor capacidade de pagamento dessas obrigações a longo prazo pelos municípios, impactando de forma negativa na migração interna, provocando uma repulsão migratória.

Por outro lado, observa-se uma influência positiva e significativa quando observado o indicador de gastos per capita, uma vez que um maior gasto com a população tende a impactar de forma positiva a taxa líquida migratória, tornando esses municípios uma área de atração migratória. As variáveis Indicador de Liquidez Corrente e Indicador de Posição Operacional, apesar de demonstrarem influência negativa e positiva, respectivamente, não demonstraram significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10%.

Por meio destes resultados, é possível aceitar as hipóteses H3 e H4, uma vez que demonstraram relação estatisticamente significativa e com o sinal esperado. Apesar disso, ao contrário do que se esperava, rejeitaram-se às hipóteses H1 e H2, por não apresentarem resultados significativos.

Tabela 3

**A influência das condições financeiras-orçamentárias governamentais sobre a taxa líquida migratória**

FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS									
Prob>F	R <sup>2</sup>	DW	VIF	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0,0000	0,0258	1,918	1,00	0,2642	0,8668	0,0000	0,0000	-0,65	1.830

Variáveis Independentes	EFEITOS FIXOS							
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	VIF	Interv. Conf. 95%		
ILC	-.0000118	.0000103	-1.14	0.253	1,00	-.0000319	8.40e-06	
IPO	.9322334	1.576994	0.59	0.554	1,00	-2.16067	4.025136	
IOLP	-3.242975	.4888957	-6.63	0.000***	1,00	-4.201829	-2.284121	
IGPC	.0001155	.0000451	2.56	0.011***	1,00	.000027	.0002041	
CONS	-1.974086	1.621958	-1.22	0.224	-	5.155174	1.207002	

\*\*\*Significância ao nível de até 1%; \*\* Significância ao nível de até 5%; \*Significância ao nível de até 10%.

Legenda: Prob>F: significância do Modelo; R<sup>2</sup>: poder explicativo do modelo; DW: Durbin-Watson - auto correlação; Teste BP/CW: Breusch-Pagan/Cook-Weisberg - teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste B e P: Breusch and Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

De modo a evidenciar os resultados relacionados à equação no que se refere aos aspectos financeiros-orçamentários, apresenta-se a discussão e as implicações dos resultados da relação entre as variáveis indicador de liquidez corrente, indicador de posição operacional, indicador de obrigações a longo prazo e indicador de gastos per capita. Segundo Trevisan et al. (2009), esses indicadores medem a eficiência e eficácia da administração pública em termos de gestão, muita das vezes não sendo perceptíveis pela população.

Vale salientar que não foram encontrados estudos nacionais ou internacionais que mostram a relação dessas variáveis com movimentos migratórios. Sendo assim, os resultados observados na presente pesquisa abrem questionamentos para estudos futuros que busquem relacionar a migração interna com os elementos que integram os elementos das dimensões de solvência da condição financeira municipal.

Observa-se que o ILC, apesar de apresentar um coeficiente negativo, não apresenta uma relação estatisticamente significativa nem mesmo ao nível de 10%, sobre a TLM dos municípios paranaenses, de modo que permitiu rejeitar a hipótese H1. Esse resultado sugere que os municípios paranaenses que apresentam capacidade de gerar caixa para seus pagamentos a curto prazo, ou seja, melhor condição financeira a curto prazo, não exercem influência sobre os movimentos migratórios.

Ainda que não se tenha estudos específicos abordando a relação entre essa variável com os movimentos migratórios, cabe aqui discutir que valores muito altos nessas proporções indicam que um governo local possui ativos circulantes excessivos, isto é, capacidade ociosa, que poderiam ser melhores usados para fornecer serviços à comunidade (Ritonga, 2014).

Para Trevisan et al. (2009), um excesso de liquidez pode ser um indicativo de demora na aplicação desses recursos em obras e serviços capazes de beneficiar a população. Isso leva a indícios de que municípios que apresentam excesso de caixa, apresentam baixos investimentos em bens e serviços públicos, pelo fato dessas entidades constituírem reservas para cobrir suas despesas obrigatórias. Esse fato não é perceptível pela população, justificando, assim, a insignificância desse indicador em relação aos movimentos migratórios.

O IPO apresentou coeficiente negativo para a equação, e não apresentou significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10%, sobre a TLM dos municípios paranaenses, de modo que permitiu rejeitar a hipótese H2. Isso implica dizer que municípios com um maior índice de solvência orçamentária, são indiferentes para a migração interna.

Importante destacar que valores altos desse indicador ocasionam um excesso de recursos ou superávit, ocasionado pela arrecadação de impostos ou diminuição na realização das despesas (Lima & Diniz, 2016). Para Trevisan et al. (2009), um valor muito alto nesse quociente pode ser prejudicial, pois representa um ganho econômico da entidade governamental à custa de um prejuízo social, e se for um valor muito baixo, provoca um aumento do endividamento público, podendo prejudicar os serviços ofertados a população no futuro.

Não foram encontrados estudos que relacionem diretamente o indicador de posição operacional com a migração interna. Porém, pelo fato do resultado orçamentário está relacionado com o superávit ou déficit da execução orçamentária, buscou-se pesquisas que apresentaram a variável superávit como determinantes desses movimentos.

Kallandranis e Karidis (2014) identificaram que a variável superávit fiscal, definida pela razão entre a receita tributária total e os gastos totais, apresentou influência positiva e significativa em relação aos movimentos migratórios dos estados da União Europeia. Os autores concluíram que os migrantes em processo de escolha de um país de destino, preferem um destino mais barato que lhes proporcionem um superávit fiscal mais alto.

Observa-se que o IOLP apresentou significância estatística negativa ao nível de 1%, a TLM dos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H3.

Esse resultado leva a uma suposição que municípios com maiores obrigações a longo prazo, possuem um maior endividamento provocado por uma política pública de realizar investimentos em ativos com capital de terceiros, ao invés de utilizar capital próprio, como, por exemplo, as receitas correntes (Mauss, 2012). Isso justifica que municípios mais endividados a longo prazo não são atrativos para a população, apesar desse endividamento supostamente estar relacionado a maiores investimentos.

Apesar de não existir estudos que mostram a relação dessa variável com a migração interna, buscou-se relacionar esse indicador com os estudos que envolvem investimentos com

bens públicos realizados pelos governos locais ou centrais. No estudo de Bao et al. (2014), os resultados demonstram que os impactos dos bens públicos relacionados aos gastos com infraestrutura na migração são positivos e significativos mais nas províncias centrais do que em províncias orientais e ocidentais da China, devido ao atual padrão de desenvolvimento desequilibrado.

Por outro lado, os achados de Palavicini-Corona (2014), não apresentaram significância entre as despesas per capita em obras públicas e ações sociais dos municípios mexicanos. Nota-se que o IGPC apresentou influência positiva e significativa ao nível de 1% sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H4. Infere-se que municípios que tem um maior gasto com a população, como bens e serviços públicos, tendem a impactar de forma positiva e significativa na taxa líquida migratória, fazendo desses municípios uma área de atração migratória.

Esse resultado corrobora com boa parte da literatura ao apresentar influência significativa e positiva das despesas per capita em relação aos movimentos migratórios. Reschovsky (1979) apresentou evidências empíricas de que os fatores fiscais locais, tanto no lado tributário quanto no lado das despesas, desempenham um papel positivo nas decisões de escolha residencial das famílias na cidade de Minneapolis (EUA). Islam e Rafiquzzaman (1991) definem que as despesas locais estão causalmente relacionadas à migração nos governos locais do Canadá.

Por sua vez, Bao et al. (2014) chegaram ao resultado de que os gastos com cultura, educação e saúde nas províncias da China têm um impacto maior sobre a migração. Barros e Serafim (2016) chegaram à conclusão de que a migração interna da Angola está relacionada com a despesa pública local.

## **5. CONCLUSÃO**

Esta pesquisa objetivou analisar a influência dos fatores financeiros-orçamentários sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, sob o olhar teórico da Hipótese de Tiebout (1956) e da Teoria da Condição Financeira.

Em relação aos fatores financeiros-orçamentários governamentais, os resultados revelaram que a variável gastos per capita demonstrou relação de influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória nos municípios paranaenses. Isto sugere que municípios que têm um maior gasto com a população, como bens e serviços públicos, tendem a impactar de forma positiva e significativa na taxa líquida migratória, fazendo desses municípios uma área de atração migratória.

Em contrapartida, para a variável obrigações a longo prazo, os resultados demonstraram que municípios mais endividados a longo prazo não são atrativos para a população, apesar desse endividamento supostamente estar relacionado a maiores investimentos. Quanto às variáveis liquidez corrente e posição operacional, os resultados revelaram que não há influência significativa dessas variáveis sobre a taxa líquida migratória, isto é, o fato de os municípios apresentarem capacidade de gerar caixa para seus pagamentos a curto prazo e maiores índices de solvência orçamentária, são indiferentes para a migração interna.

Os dados estatísticos demonstraram uma média de municípios paranaenses com saldo neutro em relação à sua taxa líquida migratória, ou seja, municípios que apresentam ao mesmo tempo uma rotatividade migratória e baixa migração. Esse resultado demonstra que os municípios apresentam pouca autonomia e flexibilidade para atrair a migração, devido à sua dependência das políticas públicas do governo estadual e federal, principalmente em relação à sua gestão tributária. O estudo da Hipótese de Tiebout (1956) foi realizado no contexto dos estados americanos, onde há uma autonomia plena da gestão tributária e administrativa, o que potencializa a preferência de escolha por um ou outro estado.

De acordo com os achados desta pesquisa, observa-se que a migração interna dos municípios paranaenses está estreitamente relacionada com os aspectos financeiros-orçamentários, o que demonstra o uso das variáveis gastos per capita, obrigações a longo prazo, como sinalizadores da preferência dos indivíduos na escolha da localidade onde irão morar. Isto se justifica por essas variáveis serem perceptíveis pela população por resultar em bens e serviços públicos que atendam a sua demanda.

Essa pesquisa se limitou aos municípios paranaenses e se restringiu aos testes que foram propostos. Outra limitação se refere ao uso das variáveis independentes que foram selecionadas por meio dos indicadores financeiros-orçamentários utilizados em estudos anteriores, podendo ser ampliadas para outros tipos de variáveis, a fim de se testar as hipóteses. Sugere-se uma pesquisa mais ampla que venha abranger os estados brasileiros, sendo o fator “governo estadual” muito relevante, principalmente para motivações tributárias entre os migrantes.

## REFERÊNCIAS

- Alam, A. B. M. M., Alam, M., & Hoque, A. (2018). Spending pressure, revenue capacity and financial condition in municipal organizations: an empirical study. *The Journal of Developing Areas*, 53(1), p. 243-256.
- Bao, H., Cen, Y., Lv, K., & Zhang, L. (2014). Local public goods on migration: the experience of the Tiebout model from China. *International Journal of Services, Economics and Management*, 6(4), p. 357-376.
- Barros, C. P., & Serafim, J. (2016). The Tiebout hypothesis in Africa: evidence from Angola. *African Development Review*, 28(2), p. 192–200.
- Berne, R. (1992). *The relationships between financial reporting and the measurement of financial condition*. Norwalk: GASB.
- Biagetti, M., & Guarini, G. (2014). Wellbeing and internal migration in Italy: an econometric analysis. *Journal of Applied Economic Sciences*. 9(1), p. 26-36.
- Biderman, C., & Arvate, P. (2004). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Citro, F. (2018). Budgetary solvency of Italian local governments: an assessment. *International Journal of Public Sector Management*. 32(2), p. 122-141.
- Braga, F. G., & Lima, E. E. C. (2009). Categorização da rede migratória brasileira: a emergência da rotatividade nas trocas populacionais intermunicipais. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, ANPUR.*, Florianópolis, SC, Brasil, 8.
- Caldas, E. L. (2006). *Indicadores municipais de arrecadação*. Fundação Perseu Abramo. Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de <https://fpabramo.org.br/2006/05/18/indicadores-municipais-de-arrecadacao>.
- Cebula, R. J. (1974). Interstate migration and the Tiebout hypothesis: an analysis according to race, sex and age. *Journal of the American Statistical Association*, 69(348), p. 876-879.
- Cebula, R. J. (1978). An empirical note on the Tiebout-Tullock hypothesis. *The Quarterly Journal of Economics*, 92(4), p. 705-711.
- Cebula, R. J., & Nair-Reichert, U. (2011). Migration and public policies: a further empirical analysis. *Journal of Economics and Finance*, 36(1), p. 238–248.
- Etzo, I. (2008). *Internal migration: a review of the literature*, University of Cagliari, MPRA. Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/8783/>.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Governmental Accounting Standards Board. (1987). *Concepts statement no. 1: objectives of financial reporting*. Norwalk, CT: Governmental Accounting Standards Board.

- Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de <https://www.gasb.org/st/concepts/gconsum1.html>.
- Greenwood, M. J. (1997). Internal migration in developed countries. In: Mark R (Coord.). *Rosenzweig and oded stark, editors, handbook of population and family economics*. (p. 647-720). Amsterdam: Elsevier.
- Groves, S. M., & Valente, G. (2003). *Evaluating financial condition: a handbook for local government*. 4. ed. Washington: The International City/Country Management Association – ICMA.
- Harris, J. R., & Todaro, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *American Economic Review*, 60(1), p. 126-142.
- Hendrick, R. (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, 60(1), p. 78-114.
- Hill, C., Judge, G. G., Griffiths, W. E. (2010). *Econometria*. 3 ed. São Paulo: Saraiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo Demográfico 2010: documentação dos microdados da amostra*. Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de <https://censo2010.ibge.gov.br/>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2018). *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, 57(2) . Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.
- Islam, M. N., & Rafiqzaman, M. (1991). Property tax and inter-municipal migration in Canada: a multivariate test of the Tiebout hypothesis. *Applied Economics*, 23(4), p. 623–630.
- Kallandranis, C., & Karidis, S. (2014). Assessing the effect of the consumer-voter sentiment on fiscally induced migration: The EU 27 Case. *Global Economy Journal*, 14(1), p. 31-55.
- Lima, S. C., & Diniz, J. A. (2016). *Análise Financeira Governamental*. 1. ed. São Paulo: Atlas.
- Mauss, C. V. (2012). *Análise de demonstrações contábeis governamentais: instrumento de suporte à gestão pública*. São Paulo: Atlas.
- McDonald, B. D. (2010). Staying put: a rebuttal to Tiebout. Miami. *FL The Annual Proceedings of the National Business and Economics Society*. Recuperado em 05 de fevereiro, de 2020, de [http://works.bepress.com/bruce\\_mcdonald/5/](http://works.bepress.com/bruce_mcdonald/5/)
- Miranda, R. A. (2007). 50 anos da teoria pura das finanças públicas locais: Tiebout or not Tiebout, that's the question. *Revista de Economia e Administração*, 6(2), p. 275-293.
- Palavicini-Corona, E. I. (2014). Extending the “voting with the feet” proposition: the impact of local economic development actions on immigration across Mexican municipalities. *Space and Polity*, 18(3), 233-254.
- Reschovsky, A. (1979). Residential choice and the local public sector: an alternative test of the “Tiebout Hypothesis.” *Journal of Urban Economics*, 6(4), p. 501–520.
- Ritonga, I. T. (2014). Developing a measure of local government's financial condition. *Journal of Indonesian Economy and Business*, 29(2), p. 142–164.
- Samuelson, P. A. (1954). The pure theory of public expenditure. *Review of Economics and Statistics*, 36(4), p. 387-389.
- Schneider, M., & Logan, J. R. (1982). The effects of local government finances on community growth rates: a test of the Tiebout model. *Urban Affairs Quarterly*, 18(1), p. 91-105.
- Tiebout, C. M. (1956). A pure theory of local expenditures. *The Journal of Political Economy*, 64(5), 416-424.
- Trevisan, R., Lobler, M. L., Visentini, M. S., Coelho, M. C., & Grabner, S. (2009). Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em prefeituras municipais. *Pensar Contábil*, 11(43), p. 24-34.

- Tullock, G. (1971). Public expenditures as public goods. *Journal of Political Economy*, 79(4), p. 913–18.
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. S. J. (2007). Measuring financial condition: a study of U.S. States. *Public Budgeting & Finance*, 27(2), p. 1–21.
- Wooldridge, J. M. (2003). *Introductory econometrics: a modern approach*. Ohio: South-Western College.